

# A ocupação contada pelos ocupantes: rupturas e continuidades com as instituições políticas no espaço da UnB

**Lucas Ferreira Cruvinel**  
Graduado em Direito pela universidade de Brasília (UnB).

**Contato:**  
<lucasfcruvinel96@gmail.com>

**Palavras-chave:**  
Ocupações; Movimento estudantil; UnB.

**Key-words:**  
*Occupations; Student movement; UnB.*

**Resumo:** Esse trabalho é resultado inicial de uma pesquisa desenvolvida em 2017 sobre as ocupações ocorridas na UnB no final de 2016. A partir da pesquisa bibliográfica e dos dados etnográficos colhidos durante a ocupação, buscou-se compreender os processos gestados dentro da ocupação da UnB e suas conexões com as instituições universitárias. Dessa forma, pretendo observar que os processos burocráticos da universidade e a forma organizativa dos estudantes no espaço da Universidade influenciam-se mutuamente em uma rede complexa de relações.

**Abstract:** *This work is the initial result of a research carried out in 2017 on the occupations that took place in UnB at the end of 2016. Based on the bibliographical research and the ethnographic data collected during the occupation, it was sought to understand the processes developed within the occupation of UnB and its connections with university institutions. In this way, I intend to observe that the bureaucratic processes of the university and the organizational form of students in the University space influences each other in a complex network of relationships.*

## Introdução

A presente pesquisa se desenvolve dentro do contexto das ocupações que ocorreram na Universidade de Brasília no final de 2016. A proposta é compreender quais processos levaram os estudantes a ocupar, não apenas a reitoria da UnB, mas uma série de prédios e institutos, e identificar a ocupação como lócus privilegiado de investigação do movimento estudantil no contexto de suas dinâmicas sociais. Trata-se de uma investigação da ação política dos alunos em um momento dramático da vida estudantil em que os estudantes alteraram os canais de comunicação rotineiros da universidade e reformularam a maneira como se davam as disputas dentro da universidade.

O artigo pretende fazer uma reflexão sobre as ocupações que ocorreram na UnB em 2016 à luz de uma investigação sobre o movimento estudantil enquanto um movimento de juventude, e analisar as ocupações como um ritual de longa duração apoiado na chave de leitura do Gluckman (1963) sobre ritual de rebelião. O ponto de partida para compreender as ocupações foi a assembleia que ocorreu no dia 31 de outubro de 2016, no ICC (Instituto Central de Ciências), tendo em vista que foi nesse momento que os estudantes, reunidos em assembleia geral, convocada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), decidiram por ocupar a reitoria da Universidade. No momento da assembleia, começou-se uma observação etnográfica das ocupações que ocorreram por toda Universidade. Observou-se as atividades das instâncias decisórias, os processos organizativos, as regras e procedimentos dentro dos espaços ocupados, como também a linguagem utilizada nas notas públicas das páginas do *Facebook*.

Durante a pesquisa era comum os ocupantes apontarem conceitos e chaves de leitura que poderiam ser utilizados na minha pesquisa ou questionamentos sobre minhas leituras em eventos específicos durante a ocupação. Isso me fez repensar a todo momento o meu duplo lugar dentro da ocupação. Por mais que, no momento em que compareci à assembleia que deflagrou as ocupações, tenha feito na perspectiva de ser um observador e de me apresen-

tar com essa credencial dentro da ocupação, não foi apenas dessa forma que era visto pelos ocupantes. Estar na ocupação era ser lido como ocupante e minhas experiências anteriores do movimento estudantil me davam acesso facilitado ao mesmo tempo que eram minha identidade no campo. Relatar que estava fazendo pesquisa durante as ocupações era compreendido como “ah, então você também está fazendo pesquisa sobre as ocupações?” Isso demonstrava que meu duplo lugar não era uma escolha ao estar naquele ambiente, era algo que fazia parte de como era lido nos espaços. Ao mesmo tempo que me permitiu ter acesso a alguns espaços que pesquisadores normalmente não teriam, surgiu o desafio de conduzir as observações etnográficas em um ambiente próximo e familiar. Sobre os desafios de se estudar o familiar, Velho (1981, p. 131) comenta:

*“Assim, ao estudar o que está próximo, a sua própria sociedade, o antropólogo expõe-se, com maior ou menor intensidade, a um confronto com outros especialistas, com leigo e até, em certos casos, com representantes dos universos que foram investigadores, que podem discordar das interpretações do investigador”.*

Dessa forma, estava colocado o desafio, durante o fazer etnográfico, de enfrentar as leituras divergentes entre a pluralidade de opiniões entre os próprios sujeitos pesquisados, e dos sujeitos pesquisados com a leitura etnográfica do pesquisador. Os ocupantes eram estudantes que tinham seus acúmulos de experiência no movimento estudantil e graduandos de diversos cursos como História, Ciências Sociais, Direito, Geografia, Comunicação, Serviço social, Relações Internacionais, cada um com suas percepções e análises sobre as ocupações na UnB. A credencial de pesquisador não estava dada, isso cobrou a reavaliação constante do fazer etnográfico, a relação com os informantes e o impacto nas relações do que fosse produzido textualmente sobre o evento social.

Durante a pesquisa a etnografia surgiu não como uma técnica de pesquisa, uma forma dentre as vá-

rias que existem de se trabalhar no campo, mas como uma forma de produzir conhecimento. Desta maneira, trabalhou-se com a perspectiva que encara a etnografia como uma forma de produção de conhecimento em contexto “que tem na relação entre relevâncias empíricas (aquelas oriundas das relações com os sujeitos investigados) e teóricas (o esquema mental orientador da construção de hipóteses, questões e categorias da pesquisa) o seu marco distintivo” (TEIXEIRA & LOBO, 2015). Isso requer uma postura do pesquisador de encarar com seriedade não apenas seus questionamentos (reflexos de sua trajetória pessoal), mas também o ponto de vista dos sujeitos de pesquisa (TEIXEIRA & LOBO, 2015).

A etnografia, assim, será lida como uma forma de construção de conhecimento científico, que possui, ao mesmo tempo, uma responsabilidade teórica, com os conceitos utilizados na pesquisa e uma responsabilidade com os sujeitos da pesquisa.

### 1. Movimento estudantil: quem disse que sumiu?<sup>1</sup>

Investigar movimentos que traçam como identidade a característica de ser composto pela juventude gera o desafio de enfrentar as próprias concepções do que é ser jovem dentro da universidade. O tema da adolescência e juventude ganhou primeiramente destaque com a obra do psicólogo norte americano Stanley Hall (1904), constituída em dois volumes, que concebeu o período da adolescência como uma etapa de conflitos e crises, decorrentes particularmente dos impulsos/pulsões sexuais. Em uma perspectiva orientado pela ótica biológica, esse período de vida marcaria uma reconfiguração da personalidade e ao final um amadurecimento biológico representando um segundo nascimento para o indivíduo em sua trajetória psicológica de vida. Em outras palavras: “*the adolescent is neo-atavistic, and in him the later acquisitions of the race slowly become prepotent*”<sup>2</sup> (HALL, 1904, p. 13).

Essa concepção de adolescência que teve com um expoente a obra de Stanley Hall (1904) enfrentou, posteriormente, um movimento que relativizou a generalização dessa fase da juventude como um processo de crises, de tempestade. Margareth Mead (1975) em seus estudos na Ilha de Samoa, com crianças e jovens mulheres verificou que a adolescência não se tratava, necessariamente, de um processo marcado por crises e turbulência, mas sim, no caso da Ilha de Samoa, de uma transição mais suave da infância para a adolescência. Isso revelou que estudos como de Hall (1904) que postulavam a juventude como uma fase inerentemente conflitiva não se sustentavam, necessitando de outras construções teóricas para a juventude.

Dessa forma, os estudos de Mead (1975) permitem perceber que a juventude é um “fenômeno cultural produzido pelas práticas sociais em determinados momentos históricos, possuindo manifestações distintas dependendo do contexto cultural”. Não há como naturalizar a figura do jovem justamente por entender que ela está engendrada pelas práticas sociais.

Bourdieu (1983) comenta que a própria divisão entre onde começa e onde termina a juventude são arbitrarias, sendo um objeto de disputa em que cada sociedade determina fronteiras diferentes em deter-

minados contextos históricos e culturais. Essa divisão também é capaz de determinar papéis sociais, o jovem na universidade é estudante, uma espécie de aprendiz, que completaria seu ciclo ao ingressar no mercado de trabalho ao término de seu curso. Quando observamos classificações por idade (mas também por gênero, raça e classe) percebe-se que elas acabam “por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação a qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983, p. 1).

O contorno da discussão no que diz respeito à categoria de juventude é substituir o termo por juventudes, não obstante a convergência de que os sujeitos estão dentro da faixa etária que caracteriza um jovem: “a expressão utilizada no plural quer enfatizar as diversidades de juventude que podem ser analisadas, segundo alguns fatores categóricos que se tornam primordiais nesta classificação, tais como: classe social, cor, sexo e grupo social” (GUIMARÃES & GRINSPUN, 2008, p. 7).

O que Bourdieu (1983) demonstra é que os conceitos de juventude e de velhice não estão dados, são construções teóricas que nascem das disputas entre jovens e velhos. É justamente nos ruídos da relação entre idade social e biológica que nascem mediações e sentidos sobre o que é “ser jovem” ou “ser adulto”. Dessa forma, a definição sobre fase de vida e a própria noção de tempo está muito vinculada à percepção dos atores sociais. A juventude se situa em uma relação íntima com o tempo, biologicamente e culturalmente, além de mediação e tradução de seus conflitos básicos com os membros que não se identificam com a categoria de juventude.

Desta maneira, conforme Mellucci (1997, p. 8) “a definição de tempo torna-se uma questão social, um campo cultural e conflitivo no qual está em jogo o próprio significado da experiência temporal”. Em outras palavras, a juventude não é mais somente uma categoria vinculada à idade biológica, mas trata-se de uma definição cultural (MELLUCCI, 1997). Essa ideia revela o quão particular pode ser a experiência de juventude(s), esse estado entre a infância e a vida adulta, pode ser altamente manipulável ou manipulado dependendo do seu contexto de uso. Isso requer atenção redobrada para trabalhar com uma categoria que consegue abraçar contextos sociais tão distintos que algumas vezes a única parte em comum é a idade biológica.

Quando se observa o movimento estudantil na UnB, observa-se uma composição de pessoas advindas de diversos estratos sociais, raciais (muito em razão da política de cotas) e de gênero, o que, a priori, levanta o questionamento de como a categoria de juventude, no singular, pode designar situações e trajetórias sociais tão diversas. Acredito que há duas questões a serem levadas em conta nesse caso. Bringel (2009, p. 103) afirma que existe uma identidade de baixa intensidade no movimento estudantil, seja pelo caráter de curto prazo de suas lutas quanto em razão “de uma habitual convergência de perfis e identidades militantes quando o estudante também milita em outro movimento social ou em alguma força política”. Dessa forma, o aspecto de identidade em torno da palavra juventude que se estabelece no movimento estudantil, atribui um solo

1 Trecho de uma das músicas cantadas pelos ocupantes quando entravam na Reitoria da Universidade de Brasília.

2 “O adolescente é neo-atavista, e nele as aquisições posteriores da raça lentamente se tornam prepotentes.”

comum de solidariedade e cria um senso de cumplicidade e companheirismo atrelados não apenas à idade biológica, mas também a contextos e eventos localizados ou não.

O contexto dentro da UnB tem como algo marcante dessa categoria acionada de juventude o seu envolvimento com o movimento estudantil. Dessa forma, compreender como os atores encaram esse seu tempo de “ser jovem” dentro da Universidade passa por entender, de forma breve, um pouco da dinâmica do movimento estudantil, pois é nele em que os estudantes organizam e vocalizam suas demandas. Portanto, participar do movimento estudantil é uma das formas de compreender a própria produção de sentidos relacionados à categoria de juventude. Bringel (2009) relata a dificuldade de caracterizar e definir o que seria o movimento estudantil, mas alerta para três confusões: ação coletiva x movimento estudantil, movimento estudantil em singular x movimentos estudantis em plural e movimento estudantil x organização estudantil. Ou seja, dentro da tentativa de definir o movimento estudantil, o autor traz três diferenciações de características que compõem a sua visão sobre movimento estudantil. Até como forma de não adentrar à gama de definições que existem sobre o tema, vou focar apenas na definição apresentada por esse autor e as características que ele apresenta.

Na primeira diferenciação o autor adverte que vários intérpretes “veem em uma ação o movimento estudantil, quando, na realidade, o que existe é somente uma ação coletiva (a exemplo de um protesto isolado no refeitório de uma faculdade)” (BRINGEL, 2009, p. 100). Dessa forma, as ações podem até ser resultado ou não da atuação de um movimento estudantil, contudo, caso sejam isoladas, são simplesmente uma ação coletiva (BRINGEL, 2009).

A segunda diferenciação seria entre movimento estudantil, em singular, e movimentos estudantis, em plural, de forma que, quando se fala de movimento estudantil no singular, não se deve ignorar a existência de diferenças entre os movimentos estudantis e as tensões e conflitos entre eles (BRINGEL, 2009).

Por fim, na terceira diferenciação, Bringel destaca que há um equívoco entre o que se atribui como ato do movimento estudantil e o que é uma ação coletiva convocada por uma organização ou entidade estudantil institucionalizada (BRINGEL, 2009). Dessa forma, “somente se tratará de um movimento estudantil se a organização não estiver institucionalizada” (BRINGEL, 2009, p. 100). Vechia (2012) ressalta, ainda, uma possível dificuldade de enquadrar o movimento estudantil na categoria de movimentos sociais por não possuírem continuidade no tempo, ou seja, serem comportamentos coletivos caracterizados por ação episódica e incomum.

O esforço de classificação feito pelo autor parece não considerar, necessariamente, o ponto de vista dos sujeitos envolvidos. O texto, apesar de recheado por autores e reflexões teóricas, é marcado por um silêncio da fala de participantes do movimento estudantil e ferramentas para captar o ponto de vista desses sujeitos. Aqui não se trata de encontrar a definição correta para aspectos do movimento estudantil (esforço realizado pelo autor citado acima),

mas demonstrar, a partir das observações etnográficas, que as categorias e definições não conseguem abarcar a realidade social. Reconhecer os limites das categorias, redefini-las e expandi-las faz parte do reconhecimento da etnografia não apenas como método ou pesquisa de campo, mas sim um esforço intelectual.

Quanto à primeira diferenciação, ela se choca com a própria percepção dos ocupantes na UnB do que seria uma ação do movimento estudantil ou uma ação coletiva isolada. Ao colher frases dos ocupantes sobre o “movimento estudantil ser tudo” ou que “a luta do movimento estudantil é uma das causas da ocupação”, fui percebendo que “as ações coletivas isoladas” que o autor mencionou eram encaradas, na realidade, pelos ocupantes, como ações do movimento estudantil. Dessa forma, para os ocupantes, no momento em que eles começaram a se envolver em atividades concernentes ao ambiente da universidade, eles estavam se envolvendo no movimento estudantil.

Assim, é muito difícil, e até mesmo improdutivo, separar o que é ação coletiva isolada do que é ação do movimento estudantil, quando os próprios participantes do movimento reivindicam as ditas ações coletivas isoladas como fruto da atuação do movimento estudantil, além de participarem dessas ações.

Como última consideração de forma a expandir o entendimento sobre movimento estudantil, volto na terceira diferenciação de Bringel (2009) entre ato do movimento estudantil e ação coletiva convocada por uma organização ou entidade estudantil institucionalizada. Se pensarmos nos espaços institucionalizados de representação estudantil como CAs<sup>3</sup> e DCEs<sup>4</sup>, o que o autor coloca é que a ação coletiva convocada e construída por essas entidades não é ação do movimento estudantil. Essa reflexão não encontra eco quando observo o movimento estudantil. Apesar de CAs e DCEs serem representações institucionalizadas, estas são entidades construídas pelo movimento estudantil e que pautam demandas desse movimento. Isso ocorre devido à própria forma em que essas entidades de representação são constituídas. Suas eleições são disputadas por participantes do movimento estudantil, além de todo o processo eleitoral ser organizado quase que exclusivamente por estudantes<sup>5</sup>. Ainda existe o fato de que é por meio de CAs e DCEs (de forma mais comum o primeiro que o segundo) que muitos se envolvem pela primeira vez com o movimento estudantil. Isso significa dizer que ações coletivas convocadas por essas entidades podem, e são, ações que fazem parte do cotidiano do movimento estudantil.

Se é possível, assim como feito pelo autor acima, fazer uma discussão focada nas dimensões formais, ou seja, quem convoca as ações do movimento, o que é ação coletiva isolada, ou o que é ação do movimento estudantil; há outra discussão mais relevante que focaliza o engajamento moral, a construção de valores e as intenções dos atores. Ao ser perguntado sobre qual a importância de se estar na ocupação, A respondeu:

*“Era importante estar naquele espaço, justamente, pra ir aprendendo né, e... sempre se perguntando sobre o que pode fazer pra ir*

3 Representação estudantil de cada curso, assim, cada curso tem um Centro Acadêmico que o representa.

4 Representação estudantil de toda a universidade.

5 Isso depende da conjuntura de cada localidade.

*melhorando, e, e compromisso militante, era uma questão de ter uma certa responsabilidade, não adianta só falar eu quero isso, só que não colocar em prática. As conquistas de direitos coletivos dependem de uma identificação com o outro e um sentimento de tamo junto nessa, a gente só vai conseguir derrotar a PEC se a gente conseguir se organizar coletivamente com uma auto disciplina e pensando no coletivo. Não tem ninguém falando, tipo, ah, fulano, seu dever na ocupação esse, esse e esse, não é uma responsabilidade que vem de cima, vertical, é um sentimento de disciplina e responsabilidade que parte das próprias pessoas que são muito honestas no que elas acreditam e estão lá por causa disso” (Estudante anônimo).*

Percebe-se na fala desse estudante o que pode ser chamado de ética militante, ou seja, a sensação de responsabilidade, de missão, de compromisso ético com as pessoas que estão no espaço, mesmo que você não as conheça, e uma noção de sacrifício pessoal em prol do coletivo e de algo maior. Feuer (1969, p. 53) descreve isso como, “*To their own consciousness, students in the students movements have been the bearers of a higher ethic than the surrounding society*”. Esse “algo maior” aparece em outra fala de A ao ser perguntado sobre o motivo de ter se envolvido na ocupação:

“Não era só a PEC, pra mim, também era experimentar novas formas de organização, prefigurar um novo mundo porque enfim, pra tipo, na superação desse modelo atual capitalista, é, não vai ser uma hora para outra que vai mudar, as nossas cabeças ainda estão muito presas a essas formas de opressão e a gente tem que desconstruir no dia a dia.” (Estudante anônimo).

Prefigurar significa antecipar um novo mundo, pressupõe na fala desse estudante uma ação para configurar um mundo que, por um lado, rejeita os valores de outras gerações e, por outro, pretende avançar em aspectos em que essas gerações não alcançaram o fim desejado. Feuer (1969) sustenta que enquanto a maioria das lutas sociais está atravessada por um conflito de classe, o movimento estudantil está permeado pelo conflito geracional<sup>6</sup>. Geração não se assenta apenas na data de nascimento, mas sim no momento histórico que esses indivíduos compartilham. Deste modo, para Salles e Franch (2017), em determinado contexto histórico, a juventude estará conectada de forma ampla pelas suas idades. Entretanto, suas experiências, suas trajetórias, “são permeadas por situações distintas e também por conformidades que afunilam essas gerações, sendo possível falar de gerações dentro de uma mesma geração (SALLES; FRANCH, 2017, p. 2).

O conflito geracional na UnB não se identifica apenas com a diferença de idade entre estudantes, professores e técnicos, mas é algo que envolve trajetórias, condições sociais e culturais articuladas com faixa etária, classe social, gênero, raça e sexualidade. Dessa forma, podem existir recortes geracionais diferenciados entre os próprios estudantes, entre os professores e entre os técnicos.

Ao visualizarmos o contexto das ocupações isso ajuda a explicar a existência de conflitos entre os

estudantes a favor da ocupação e os estudantes contrários à ocupação, além da divisão feita, pelos ocupantes, entre os professores aliados e simpáticos ao movimento de ocupação, e os professores tidos como adversários políticos e contrários ao movimento de ocupação. Portanto, a diferença entre os grupos favoráveis e contrários não era fruto apenas de idade, era uma diferença que perpassava as relações sociais e políticas construídas na trajetória, nas experiências e nos afetos de cada estudante.

Durante a etnografia ao permitir expor-me à dimensão da experiência do outro ao afeto, estava indo ao encontro dos significados construídos pelos ocupantes de forma a compreender, não apenas os conflitos, mas a dimensão da experiência do que era ser um ocupante. A experiência de ser um ocupante estava, necessariamente, atrelada à experiência de ser um estudante universitário e com a experiência do movimento estudantil na UnB. Ser estudante é um evento momentâneo na vida das pessoas, elas se formam, trancam o curso, mudam de cidade, e isso está ligado à própria transitoriedade do movimento estudantil. Somam-se a isso os inúmeros processos que fazem os estudantes se envolver com a militância – amizades, centro acadêmico, DCE, coletivos, etc – ou se afastarem dela – desgastes pessoais, vida acadêmica e profissional, saúde, etc.

O título dessa parte do texto “movimento estudantil: quem disse que sumiu?” faz referência a uma música cantada pelos ocupantes como uma provocação desse caráter transitório. Cantam para demonstrar que a fluidez de seus participantes não é um entrave para suas ações, algo que fica claro com o último verso: “aqui está presente o movimento estudantil”. É essa presença marcante do movimento estudantil nas ocupações de 2016 na UnB que vou buscar analisar com o aporte da literatura sobre rituais.

## 2. Conhecendo a ocupação de 2016 na UnB

A ocupação teve início no dia 31 de outubro, com a decisão de ocupar o prédio da reitoria realizada em assembleia estudantil, e seu fim em 14 de dezembro de 2016, foram 45 dias com diversos prédios ocupados, aulas paralisadas<sup>7</sup>, palestras públicas, cine debates, rodas de conversa, reuniões, assembleias e uma convivência intensa dos estudantes em cada prédio ocupado da universidade. O cenário das ocupações é bem complexo, foram ocupados diversos prédios e institutos como: Quilombo - Diretório Acadêmico Negro (sala BT 620), FUP (Faculdade UnB Planaltina), prédio da Reitoria da UnB, FAC (Faculdade de comunicação), FAU (Faculdade de arquitetura e urbanismo), BSAs (Blocos de Salas de Aula Sul), PAT (Pavilhão Anísio Teixeira), PJC (Pavilhão João Calmon), IDA CEN (Instituto de Artes de Brasília Cênicas), IDA vis (Instituto de Artes de Brasília visuais), CET (Centro de Excelência em Turismo), FE (Faculdade de Educação), FCI (Faculdade de Ciência da Informação), IL (Instituto de Letras), FD (Faculdade de Direito), GPP (Gestão de Políticas Públicas), BSA n (Bloco de Salas de Aula Norte), IDA música (Instituto de Artes de Brasília música)<sup>8</sup>. Alguns prédios eram exclusivos de alguns cursos como a FAC (ocupação que concentrava estudantes do curso de comunicação) e exigiam, além das demandas nacionais, pautas específicas do curso. Enquanto que outros prédios abrangiam estudantes de diversos cur-

6 “*Generational struggle demands categories of understanding unlike those of the class struggle. Student movements are born of vague, undefined emotions which seek for some issue, some cause, to which to attach themselves. A complex of urges – altruism, idealism, revolt, self-sacrifice, and self-destruction – searches the social order for a strategic avenue of expression. Labor movements have never had to search for issues in the way student movements do. If labor seeks to better its living conditions as directly as possible, student movements sacrifice their own economic interests for the sake of a vision of a nobler life for the lowliest. If historical materialism is the ideology of the working class, then historical idealism is the ideology of student movements.*” (FEUER, 1969, p. 53).

7 Em decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), o calendário acadêmico foi redefinido para que não houvesse maiores prejuízos às aulas que não puderam ser ministradas durante as ocupações.

8 O BSA n e a FD se tratavam de ocupações apenas de mulheres reivindicando políticas de gênero, enquanto que o Quilombo foi uma ocupação de pessoas negras com o foco em políticas afirmativas de raça.

9 Durante as ocupações em 2016 na UnB, houve um Procedimento Preparatório na Procuradoria Regional do Distrito Federal (PR/DF) e três processos judiciais no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

10 Foi confeccionado um manual pela comissão de comunicação da reitoria contendo 6 passos sobre como dialogar com a imprensa. O 1º passo era "ser simpático e cordial independente do veículo em questão". O 2º passo era identificar qual era o veículo e se sua linha editorial era condizente com a proposta dos ocupantes. O 3º passo era identificar qual a pauta, se não estivesse alinhada, era necessário passar o e-mail para contato e encerrar o encontro. Se estivesse alinhada, prosseguia-se com o próximo passo. O 4º passo era consultar a assessoria de imprensa da ocupação para aprovar entrevistas e indicar entrevistados. O 5º passo era gravar a entrevista para ter registrado e poder responder à mídia, caso houvesse deturpação de fala. O 6º passo era perguntar onde seria veiculado a notícia e ficar de olho na publicação.

11 22 de novembro de 2018.

os de graduação, como os Pavilhões (PAT e PJC) e os Blocos de Salas de Aula (BSAn e BSAs), e havia o convite de forma geral para os estudantes se mobilizarem em relação às demandas nacionais. Diante dessa enorme quantidade de ocupações ocorrendo simultaneamente, não consegui acompanhar todas diariamente, na verdade, acompanhei de forma mais assídua a ocupação do prédio da Reitoria.

Ao ocuparem algum prédio da universidade, os estudantes se dividiam em comissões em que pessoas ficavam responsáveis por algumas atividades essenciais para manter a ocupação, como segurança do prédio, questões de saúde mental dentro da ocupação e diálogos com a reitoria ou outras ocupações, limpeza do espaço, etc. Nem todas as ocupações adotaram as mesmas comissões, mas existia uma estrutura mais ou menos comum no tocante à organização das ocupações. Na Reitoria, as comissões que foram criadas foram: articulação, segurança, estrutura, comunicação e cultura.

A comissão de articulação era responsável pelos diálogos com a então gestão do reitor Ivan Camargo, articulação com o SINTFUB, articulação com Centros Acadêmicos, o processo de passagens em sala para conquistar pessoas para as ocupações, articulação com outras ocupações. Ela foi responsável, inicialmente, por elaborar um texto, que foi postado na página Ocupa UnB, explicando o que aconteceu na assembleia que deliberou pela ocupação do prédio da Reitoria. Outras ocupações tinham suas comissões responsáveis por essas articulações e era no ritmo intenso de reuniões que eram definidas as demandas, problemas que cada ocupação estava tendo seja de estrutura, seja de ameaças constantes que eram feitas.

Inicialmente era essa comissão responsável quando havia reuniões com representantes da gestão de Reitoria à época sendo que, posteriormente, as assembleias indicaram pessoas encarregadas das reuniões de negociação. As reuniões eram marcadas por uma mistura de cordialidade e tensão. Apesar de os representantes da gestão de Reitoria à época sempre terem uma postura de certa forma amigável, era visível a inflexibilidade com relação às demandas estudantis. Paralelo a isso, existiam processos judiciais<sup>9</sup> com pedidos de desocupação da universidade que aumentavam não apenas a tensão nos momentos de negociação, mas uma certa impaciência com a aparente falta de disposição da Reitoria em dialogar com o movimento. Os estudantes já possuíam uma parcela considerável de desgaste com a gestão do reitor Ivan Camargo em processos anteriores de mobilização, além de ser claro, em 2016, que a Reitoria era contrária às ocupações dos prédios que estavam ocorrendo.

A comissão de segurança era responsável pela segurança interna da ocupação e realizava rondas noturnas e se preocupava com a segurança individual entre os ocupantes. A comissão de segurança se organizava e estabelecia regras sobre o uso de piquetes ou alguma outra forma de restringir a entrada de pessoas, o que era sempre um trabalho muito difícil porque cotidianamente pessoas iam se incorporando às ocupações e outras podiam mudar de prédio ou retornar à rotina acadêmica (nem todas as aulas estavam paralisadas mesmo com essa quantidade de prédios ocupados). Existia também

uma preocupação com as fotos que eram tiradas dentro da ocupação, muitos estudantes tinham medo de serem responsabilizados posteriormente por possíveis danos ou até mesmo julgados.

A comissão de comunicação era responsável pelo gerenciamento da página de *Facebook*, *Twitter* e, futuramente, pela rádio da ocupação, além de ficar encarregada do diálogo com a imprensa, tanto independente quanto grande mídia. A comissão elaborou folhetos com instruções sobre como realizar uma assembleia – já que os diversos cursos da UnB estavam puxando assembleias para discutir ocupações de suas unidades acadêmicas – e sobre como dialogar com a imprensa<sup>10</sup>. A comissão de comunicação chegou a fazer uma transmissão ao vivo pela página do *Facebook* "Ocupa UnB" do ato contra a PEC 241/55 na esplanada dos ministérios. O alcance da página, hoje<sup>11</sup> com 11.232 curtidas, com postagens diárias, estava assentada no espírito dos ocupantes dessa comissão de constituir uma mídia alternativa e independente da Ocupação.

A comissão de estrutura se preocupava basicamente com as questões de alimentação dos ocupantes: colchões de dormir, utensílios que faziam parte do prédio da reitoria como a cafeteira e o micro-ondas, limpeza, ou seja, o que dizia respeito ao espaço físico e às condições materiais para continuar ocupando. A comissão de cultura tinha um caráter mais lúdico, preparava intervenções artísticas, realizava oficinas de confecções de cartazes, organizava *happy hours*, saraus e atividades diversas dentro da ocupação como ioga, aulas, cine debates. Era uma comissão que pensava o bem-estar dos ocupantes, formas de manter a circulação de pessoas – manter a ocupação com atividades e movimentada – e momentos de descontração. Todas as atividades desenvolvidas pelas comissões desde as palestras, reuniões, saraus e assembleias estavam orientadas para discutir os problemas referentes à educação pública e debater soluções alternativas às medidas legislativas que estavam sendo propostas.

Apesar de não ser um grande obstáculo conseguir entrar e participar de uma comissão, nem todos os ocupantes vão se estabelecer em uma comissão ou serão ativos dentro de uma. Apesar de as comissões desenvolverem atividades essenciais para manter o movimento de ocupação, várias pessoas se integraram de outras formas com doações, participações pontuais em assembleias ou até mesmo frequentando apenas as atividades como saraus e aulas públicas. Em outras palavras, existia um contingente considerável de pessoas que foram envolvidas nas atividades da ocupação, mas que não estavam fisicamente nos prédios envolvidos com comissões e organização de atividades.

Além das comissões, existiam outros espaços responsáveis por decidir os "rumos" da ocupação. A maior parte das deliberações cotidianas ocorriam nas comissões. Contudo, várias questões tidas como essenciais ou sensíveis/polêmicas tinham a necessidade de serem aprovadas em assembleia. As assembleias eram espaços abertos para os ocupantes, em que todos tinham direito a voto e voz. Houve também instâncias que envolviam reuniões de diferentes comissões como forma de compartilhar o que estava sendo decidido em cada comissão.

Essa diversidade de instâncias, cada uma com sua designação específica (às vezes não tão clara) criava dificuldades sobre os procedimentos necessários em determinadas situações. No início da ocupação do prédio da Reitoria, uma professora mandou uma mensagem dizendo que tinha interesse em dar uma aula pública. Ela tinha enviado um e-mail para o endereço eletrônico da ocupação e não obteve resposta. Dessa forma, pediu para que olhassem qual era o procedimento adequado para que ela pudesse organizar essa aula pública. Um estudante foi verificar na comissão de comunicação se essa estava organizando os pedidos dos professores que queriam realizar alguma atividade no prédio da Reitoria. Contudo, foi informado na referida comissão que, na verdade, essas atividades estavam sendo organizadas pela comissão de cultura diretamente. Ao chegar na comissão de cultura, ele foi surpreendido pela resposta de que apesar de ser a comissão responsável por organizar as aulas públicas, era a comissão de comunicação que estava fazendo uma espécie de triagem dos pedidos. Posteriormente, depois de muitas conversas, a professora em questão conseguiu dar sua aula na Reitoria.

Esse ocorrido, captado no campo, era um lembrete de que nem todos os ocupantes sabiam como tudo dentro da ocupação funcionava. Essas dúvidas e disputas acerca de procedimentos existiam porque cada expediente dentro das ocupações estava sendo criado conforme a necessidade e redefinido constantemente pelos próprios atores. As estruturas de organização da ocupação não estavam dadas. Assim, estavam sujeitas a mudanças por surgir outras necessidades dentro da ocupação ou outros métodos, que iam se consolidando no decorrer das práticas cotidianas.

### 3. O Ritual de Ocupação

As ocupações não são novidade na cena política brasileira – sendo uma ferramenta utilizada por movimentos sociais – e muito menos no cenário estudantil. Vimos recentemente, em 2007 e 2008<sup>12</sup>, reitorias de universidades ocupadas por estudantes com diversas reivindicações e nos fazendo repensar sobre os processos que gestaram as ocupações em universidades.

No dia 31 de outubro de 2016 acontecia um dos maiores eventos envolvendo ocupação estudantil na UnB, em consonância com um movimento nacional de ocupação de escolas e universidades contra as reformas feitas pelo governo federal<sup>13</sup>. A Universidade estava fervilhando, o movimento estudantil se mobilizava politicamente e, contra todos os percalços de um final de semestre, estava ali em assembleias, em uma forma de existência material na ocupação dos espaços universitários.

Ocupações de reitoria e espaços da universidade não são um fenômeno inédito na UnB. Houve, por exemplo, a ocupação de reitoria de 2008, que foi uma reação a indícios de corrupção por parte do reitor, na época Timothy Mulholland; ocupação do Centro Acadêmico da Assistência Estudantil (Cassis)<sup>14</sup> em 2013; ocupação da reitoria por alunos da assistência estudantil em 2015 e a ocupação do CCN (Centro de Convivência Negra) em 2016, para mencionar algumas. Mesmo antes da reitoria ser ocupada no dia 31 de outubro de 2016, a FUP<sup>15</sup>

e o Quilombo UnB – Diretório Negro<sup>16</sup> já estavam ocupados. A ferramenta de ocupação enquanto ação política, na realidade, pode não ser rotineira, mas faz parte do repertório do movimento estudantil como forma legítima de pautar suas demandas.

Desse modo, as ocupações são um evento social presente na dinâmica do movimento estudantil e, sendo assim, pretendendo utilizar a ideia de ritual como chave de leitura para analisar esse acontecimento. Essa forma de investigação revela que rituais e eventos críticos de uma sociedade jogam luz no que já é usual nela (PEIRANO, 2001). Portanto, na observação de eventos, mantém-se o instrumental básico da abordagem de rituais, mas as implicações são expandidas (PEIRANO, 2001).

Na perspectiva de Tambiah (1985), ritual é um sistema de comunicação simbólica construído culturalmente e constituído por alguns traços formais e padronizados que permitem performances variáveis conforme o contexto. Logo, a concepção de Tambiah (1985) de evitar uma definição rígida de ritual torna possível compreender eventos e ritos dentro da complexidade etnográfica observada. Amparado nessa perspectiva é possível tomar a ocupação da UnB de 2016 como um *locus* privilegiado de investigação do movimento estudantil e das conexões com a própria vida social na universidade. Dessa forma, vejo como uma ação, delimitada no espaço e no tempo, que demarcou um momento específico no curso das relações sociais, tendo o potencial de ser encarado como um ritual de longa duração.

A assembleia que deliberou a ocupação foi um momento de agitação: a grande quantidade de estudantes no espaço do ceubinho<sup>17</sup> deixou o ambiente quente e abafado, a imagem era de pessoas amontoadas, sentadas ou em pé, compondo uma espécie de círculo em torno das pessoas responsáveis por conduzir a assembleia<sup>18</sup>. Conduzir significava marcar o tempo de fala, ordenar a sequência dos oradores, dar encaminhamento às votações necessárias, ou seja, zelar pelo prosseguimento da assembleia. As falas trêmulas contra as reformas propostas pelo governo federal, contra as gestões de DCE e reitoria na época, seguidas por gritos e palmas, demonstraram que os valores políticos estavam atravessados por emoções e afetos advindos da experiência das ações estudantis na UnB. Participar do movimento estudantil é amarrar o fazer político com a afetividade.

A partir desse momento a ocupação iria se tornar constitutiva das vidas pessoais de alguns estudantes, englobando as amizades, romances, conversas rotineiras, momentos de descontração. Quando comecei a ir frequentemente para a ocupação e aquilo se tornou parte da minha rotina, abriu-se uma porta de comunicação específica com os ocupantes, uma comunicação involuntária e não intencional que me fez perceber que as vozes trêmulas na assembleia do dia 31 de outubro significavam o impacto político e emocional de subverter, naquele momento, a ordem estabelecida no espaço da universidade. Era um momento que envolvia tanto a estrutura social como as psiques individuais.

irei utilizar, ao analisar esse momento político, a lente do ritual de rebelião<sup>19</sup> descrita por Gluckman (2011), apesar da ressalva feita pelo autor de que

**12** Foram ocupadas as reitorias da Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília e Fundação Santo André.

**13** PEC 241/55, conhecida como PEC do teto de gastos, Reforma do Ensino Médio PL 6840/2013 e o Escola Sem Partido PLS 193/2016.

**14** A principal questão quando ocuparam a sala era a insuficiência da bolsa de moradia que não era suficiente para pagar nenhum aluguel em Brasília. Outras questões foram levantadas como atendimento psicológico para estudantes da assistência e a possibilidade do acúmulo de bolsas (antes não era possível acumular a bolsa de assistência com uma bolsa de Pibic, por exemplo).

**15** Faculdade UnB Planaltina, ocupada com os mesmos objetivos que a reitoria foi ocupada.

**16** O Quilombo é uma sala no ICC (Instituto Central de Ciências), sala BT 620. Hoje é um espaço consolidado na universidade, mas sua existência se deu com a ocupação da sala. Apesar de suas demandas também perpassarem os mesmos objetivos que a ocupação da reitoria, possui maior ênfase relacionada às questões raciais.

**17** Parte central norte do ICC (Instituto Central de Ciências).

**18** Normalmente a assembleia seria conduzida pelo

DCE, contudo, nesse caso o DCE estava sendo administrado por uma comissão eleitoral.

**19** Gluckman (2011) descreve o ritual Zulu à Deusa Nonkubulwana em que as mulheres se comportavam de maneira obscena, exercendo atitudes que eram tabu para elas, e o ritual do Incwala era marcado por demonstrações de conflito entre os súditos e o rei. Gluckman (2011) percebe que os conflitos têm um papel ativo na estabilidade e na unidade da estrutura social e, portanto, os rituais de rebelião só vão ocorrer onde a ordem social estabelecida e suas instituições não são questionadas. Dessa forma, as mulheres zulus não estavam, com a cerimônia de Nonkubulwana, querendo alterar sua posição social na sociedade, assim como, no Incwala, os homens eram rebeldes, não revolucionários.

**20** Na política norte-americana, *lame duck* é quando um oficial eleito já possui sucessor eleito, estando, portanto, no fim do seu mandato. Esse oficial, por estar no fim do seu mandato, é visto como tendo menos influência com outros políticos.

**21** Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília.

**22** Existia também um conflito entre o corpo dos técnicos, entre os mais ligados a setores da CUT e gestão do sindicato na época e outros ligados a grupos de oposição de setores da CS-P-Conlutas.

**23** Segundo acordo feito com a reitoria no dia 8 de dezembro, os estudantes iriam desocupar a UnB totalmente

as cerimônias políticas modernas talvez não tomem essa forma, porque nossa própria ordem social é questionada, existindo tensões entre grupos demais, políticos e outros, que dificultam sua dramatização dessa forma. A despeito da observação do autor, vejo que a característica do ritual de rebelião de subverter a ordem em um período estabelecido para que, com o término do ritual, essa ordem seja restaurada, é central para a compreensão da ocupação de 2016. Os conflitos existentes na universidade se aguçaram dentro do corpo estudantil, o ambiente político tomava contornos mais tensos com conflitos e trocas de acusações. A tensão aumentou após a página de *Facebook* da ocupação, a Ocupa UnB, sofrer a contraposição de uma página contrária às ocupações chamada Respeita Minha Aula que desautorizava as ocupações classificando-as como invasões do espaço público.

Além disso, enquanto parte do corpo estudantil se fazia presente nas ocupações, ficava cada vez mais difícil de lidar com as rotinas acadêmicas, principalmente, professores não simpáticos ao movimento e que não abriam exceções com questões relacionadas à presença em sala de aula ou à realização de provas e trabalhos. A gestão de reitoria à época era vista como *lame duck*<sup>20</sup>, o acúmulo de conflitos com os setores dos técnicos e dos estudantes se refletiu em um rechaço nas urnas. No fim do mandato da gestão do reitor Ivan Camargo ocorria a greve do SINTFUB<sup>21</sup> e as ocupações, conjuntura que exigiu reuniões de negociação com a reitoria em que esses dois setores, técnicos e estudantes, estivessem presentes.

As ocupações enfatizaram os conflitos que já existiam na faculdade, tensões entre técnicos<sup>22</sup> e reitoria, entre estudantes e estudantes, entre os estudantes e a reitoria, entre professores e estudantes, entre professores e professores. Por outro lado, como Gluckman (2011) pontua, o ritual de rebelião, ao mesmo tempo que enfatiza o conflito, redefine os termos da coesão social na cerimônia política. Durante a ocupação, apesar de a coesão social dentro da UnB não estar dada, as falas dos ocupantes eram a todo momento um chamamento à coesão dentro da Universidade, era uma retórica preocupada em englobar técnicos, professores, reitoria e corpo estudantil a se unirem de forma política e solidária contra as reformas colocadas pelo governo de Michel Temer.

Dessa forma, eram frequentes as falas dos ocupantes como: "a universidade tem um papel para cumprir nas resistências às reformas do governo federal, a UnB não pode ficar em silêncio nessa conjuntura" ou ainda "a resistência contra a PEC precisa partir dos estudantes, dos professores, dos técnicos e dos terceirizados". Se, no caso analisado por Gluckman, era a nação unida contra os inimigos internos e externos numa luta por sobrevivência contra a natureza, o sentido, na ocupação da UnB, era uma união para a defesa do próprio princípio, que para os ocupantes, era fundante da universidade: a defesa do ensino público de qualidade.

Uma ocupação de um ambiente universitário não poderia ter outro contexto a não ser o da educação, os princípios orientadores dos ocupantes são os que, para eles, embasam a existência do ensino universitário público, portanto, constitutivos dos princípios

orientadores do contexto etnografado. No momento em que os estudantes subverteram a ordem ocupando os espaços da universidade, colocando-se como os detentores do espaço, foi como se a vida universitária fosse posta entre parênteses. Esses parênteses foram capazes de redefinir os canais de comunicação autorizados, alterar a hierarquias dos valores nos espaços da UnB. Os ocupantes colocaram seus princípios de defesa da universidade acima dos transtornos gerados, os espaços de troca de conhecimento mudaram da sala de aula para a ocupação e criaram a possibilidade de uso do espaço da UnB a partir de suas próprias regras. Se, como disse Gluckman, "todo sistema social é um campo de tensões, cheio de ambivalências, cooperações e lutas contrastantes" (2011, p. 24), o caráter questionador da ordem social coexistia com a coesão da própria ordem universitária no processo de ocupação. A ocupação teve seu fim definitivo com o segundo turno de votação da PEC 241/55 no dia 13 de dezembro de 2016<sup>23</sup>. Apesar da panela de pressão que foi o momento das ocupações, com tensões entre os mais diversos setores da universidade, com o seu término seguiu-se a ordem em que os atores retornaram às suas posições sociais iniciais. O central para um ritual de rebelião se observou: a manutenção da ordem social dentro da universidade. Por fim, cabe refletir se o ritual de rebelião analisado, a ocupação da UnB de 2016, foi capaz de animar sentimentos persistentes do conjunto de valores construído durante a ocupação. Creio que o impacto nos praticantes do ritual é claro, uma redefinição das relações de amizade, envolvimento com o movimento estudantil de forma intensa e próxima, uma experiência política que atravessou o terreno da moral e dos afetos. Contudo, mesmo considerando que esse evento tenha o potencial de criar uma "geração dentro de várias outras", o que os ocupantes chamavam de geração das ocupações de escolas e universidades, avalio que não consigo obter a resposta para além dos participantes que observei. O movimento estudantil possui um grau de renovação elevado o que torna difícil responder se houve a cristalização de valores que persistem no imaginário estudantil.

Assim, além da ferramenta de ação política de ocupar os espaços estar consolidada no imaginário estudantil, por se tratar de um evento recorrente na universidade, podemos identificar o que Sahlins (1990) descreveu como estrutura performativa. Sahlins (1990, p. 47) pensa a partir de uma tipologia que classifica as estruturas em prescritivas, isto é, sistemas com grupos delimitados e regras obrigatórias que prescrevem em muito como os atores deve agir, e estruturas performativas, ou seja, grupos de culturas em que as relações culturais teriam como base as ações pragmáticas conjunturais.

Dessa forma, o contato dos ocupantes com novas conjunturas dentro do ambiente universitário cria oportunidades tanto de seguir o modelo de ocupação presente no imaginário estudantil quanto de reorganização das categorias estruturais de uma ocupação. Da mesma forma em que o mundo não é obrigado a obedecer à lógica pelo qual foi concebido, uma ocupação pode desafiar as lógicas do mundo para além da rebelião ritual.

#### 4. Por que ocupar?

Se até o momento discutimos o movimento

estudantil, as ocupações como ritual de rebelião, a pergunta que resta é porque os estudantes ocuparam se eles possuem participação nos conselhos e colegiados da universidade. Em outras palavras, se nas instâncias da própria universidade eles podem pautar suas demandas, por que se buscou uma via de ação política não institucional? Na UnB, as estruturas de participação estudantil são os conselhos e colegiados das faculdades e institutos, Consuni, Cepe, Conselho de Administração e as câmaras dos decanatos. A disputa desses conselhos nunca foi o foco do movimento estudantil, muito menos dos ocupantes da Universidade de Brasília.

Isso ocorre devido a uma conjunção de fatores. Primeiro, o número de estudantes dentro dos conselhos é minoritário, dessa forma, o espaço do conselho precisaria de uma construção de políticas de alianças ou os estudantes poderiam se utilizar das instâncias para troca de acusações. O fato de haver poucas mobilizações estudantis para pautar assuntos dentro desses conselhos nos revela que, para o movimento estudantil, os assuntos rotineiros de colegiados, conselhos e câmaras são muitas vezes desinteressantes. Assuntos frequentes de cunho administrativo e burocrático e uma rotina acadêmica penosa muitas vezes refletem-se no baixo comparecimento dos Representantes Discentes a esses órgãos de participação.

Por outro lado, uma ocupação que mobiliza conflitos, romances, amizades, afetos, mostra-se muito mais empolgante para o estudante que a rotina dos conselhos, colegiados e decanatos. Além do desinteresse existe a percepção de que os conselhos não são ferramenta prioritária para a efetivação das demandas estudantis. Apesar de haver na UnB professores capazes de compreender as demandas estudantis, estes não são maioria dentro dos conselhos, ou seja, os estudantes dentro dos conselhos sentem que as opções de aliança são limitadas ou pouco frutíferas. A forma como se dá o diálogo costuma também estar muito orientada por uma relação professor-aluno, orientador-orientando, a assimetria é vista em comentários de professores de que os estudantes são muito “apaixonados” representados por frases como: “quem não é comunista durante a juventude não tem coração, mas se permanecer comunista na fase adulta é porque não tem cérebro”. O tom normalmente jocoso dessas colocações esconde uma avaliação da juventude enquanto fase de aprendizado e isso, de certa forma, questiona a legitimidade dos estudantes de propor discussões nesses espaços.

Ao considerar a estrutura participativa dentro da Universidade, uma parte do movimento estudantil compreende como uma participação que “não vale a pena” considerando o tempo e energia gastos para acompanhar esses conselhos e se mobilizar para eles de forma assídua, sendo que raramente existe um resultado sensível nesse acompanhamento. Isso não significa que mobilizações não ocorram quando o assunto seja interessante ao corpo estudantil, mas são eventos menos frequentes nesses ambientes participativos. Em contraste com as ocupações, o dia a dia dos conselhos possui uma correlação de forças mais desfavorável para os alunos, visto que dificilmente demandas estudantis possuem eco nesses ambientes, ao contrário das ocupações que conseguiram redefinir a hierarquia do diálogo entre

estudantes e os agentes da universidade.

O sucesso político limitado dentro dos conselhos da universidade impulsiona o movimento estudantil a promover outros tipos de ação política para além das previstas na ordem institucional. As estratégias combinadas tornam-se necessárias porque as ocupações são extremamente desgastantes para o movimento estudantil, pois não se trata apenas da dificuldade de mobilização para ações dessa magnitude, mas o cotidiano de uma ocupação é mentalmente e fisicamente desgastante, os estudantes comem mal, dormem mal e passam diversas horas em locais com variações grandes de temperatura durante o dia e a noite, além do pouco conforto.

É preciso refletir também que o tempo das instituições da UnB operam de forma muito diferente do tempo do movimento estudantil. O tempo do movimento estudantil é simultâneo ao tempo da política e do estudante, ou seja, além de serem bombardeados por inúmeros acontecimentos seja da conjuntura política nacional, seja da política estudantil local; os atores ainda têm que imprimir ações políticas durante o curto prazo de sua graduação na universidade. Dessa forma, um assunto discutido em conselho já pode ter se tornado desinteressante ou desatualizado já que suas reuniões ocorrem uma vez por mês podendo haver ainda cancelamentos das reuniões por parte da reitora.

Além disso, a dificuldade de imprimir as pautas políticas do movimento estudantil dentro dos conselhos e com a existência frequente de articulações políticas fora da arena institucional – seja com a finalidade de dialogar com essa arena, seja para negar sua existência – cria um terreno fértil para o acontecimento de eventos sociais como as ocupações de 2016. Apesar do terreno fértil, ainda é necessária uma conjuntura que justifique a ação política em sua dramaticidade, no caso, foram as reformas realizadas pelo governo de Michel Temer, em especial a PEC 241/55 que atingia diretamente os gastos com a educação pública.

Em resposta aos contextos locais da universidade e da conjuntura nacional, o movimento estudantil, em face de estruturas de participação que não atendem suas demandas, faz um giro para ações de caráter performativo, como a ação de ocupação. Ocupa-se o local que se deseja influenciar, logo, a escolha do ambiente universitário reflete os valores do universo observado. Tambiah acredita que isso está expresso no aforismo de Wittgenstein: “se a pulga fosse construir um rito, seria sobre o cão” (WITTGENSTEIN *apud* TAMBIAH, 1985, p. 129, tradução nossa). Em outras palavras, os ritos praticados por universitários irão estar atrelados ao contexto educacional. Os aspectos estruturais da ocupação, como pessoas entrando em espaços de forma não autorizada pela ordem, sempre vão cobrar do pesquisador, devido à estrutura performativa dos rituais, a sensibilidade de verificar a complexidade e especificidade do seu contexto etnográfico.

As ocupações se encontram no espectro de repertório mais “característico” do movimento estudantil. Contudo, isso quer dizer que é apenas uma forma que o movimento estudantil tem de atuação no meio universitário. Inclusive, no momento em que escrevo esse trabalho, já houve outra ocupação de

reitoria, mas não teve o mesmo fôlego daquela que ocorreu em 2016. Isso demonstra, em parte, a atipicidade destas ocupações não só pelo tamanho, mas pela duração. Por mais que esse tipo de ação esteja consolidada no repertório do movimento estudantil, o cotidiano envolve outras ações políticas menos glamorosas que, além de mobilizar uma quantidade menor de estudantes, transmite a impressão de que os esforços não estão sendo eficazes.

### Referências Bibliográficas

BRINGEL, Breno. (2009), "O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil". *Eccos - Revista Científica*, 11, 1: 97-121.

FEUER, L. (1969), *Conflict of generations. The character and significance of students movements*. Nova York/Londres: Basic Books Publishers.

GLUCKMAN, Max. (2011) [1963], *Rituais de rebelião no sudeste da África*. Tradução de Ítalo Moriconi Junior. Brasília: DAN, UNB.

GUIMARÃES, G. G. e GRINSPUN, M. P. S. Z. Revisitando as origens do termo juventude: a diversidade que caracteriza a identidade. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31, 2008, Caxambu. *Cadernos ... Caxambu: Cadernos ANPED*, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt20-4136-int.pdf>> Acesso em 12 de novembro de 2018.

HALL, G. S. (1904), *Adolescence: its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion, and education* (Vols. I & II). New York: D.Appleton & Co.

MEAD, M. (1975), *Adolescência, sexo e cultura Samoa*. Barcelona. Editorial Laia.

PEIRANO, Mariza (Org.). (2001), *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ (2001).

SAHLINS, Marshall. (1990), *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores Ltda.

SALLES, Tatiana & FRANCH, Monica. *A nova onda liberal: acordos e conflitos de uma geração*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18, 2017, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

TAMBIAH, S. J. (1985), *Culture, Thought, and Social Action. An Anthropological Perspective*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO Andreia. (2015), Pesquisa como função de Estado? Reflexões etnográficas sobre uma instituição in between.. Manuscrito não publicado.

TEIXEIRA, Carla Costa & LOBO, Andreia. (2018), "Pesquisa como função de Estado? Reflexões etnográficas sobre uma instituição in between". *Mana*, 24, 2: 235-277.

VECHIA, Renato da Silva Della. (2012), "Movimentos Sociais e Movimentos Estudantil". *Sociedade em Debate*, 18, 1: 31-54.

VELHO, Gilberto. (1981), *Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar Editores Ltda.

